

Plano Brady depende do Brasil

por Getulio Bittencourt
de Nova York

A conclusão do Plano Brady do Brasil, prevista para 30 de novembro próximo, depende da existência de um acordo "stand by" do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E se não existir esse acordo, o que acontece?, perguntava na sexta-feira um banqueiro brasileiro. Seu ponto é que os investidores estão adquirindo papéis do Brasil acreditando que o Plano Brady será assinado.

Mais: o novo acordo de juros atrasados, tentativamente chamado de Bônus EI (por "eligible interest", juros ilegíveis para conversão no bônus), que vai cobrir a parcela de juros devidos e não pagos pelo País desde janeiro de 1991, terá de ser assinado em setembro, para permitir a emissão até dezembro. Foi o que aconteceu com o bônus de juros atrasados anterior, o Bônus Idu, cujo acordo foi assinado em setembro de 1992 para emissão no princípio de dezembro de 1992.

Para que o acordo do Bônus EI seja assinado, o País já precisaria de um "waiver", a suspensão da cláusula que exige o acordo "stand by" com o FMI em funcionamento. Pelo menos é esta a informação que advogados envolvidos na operação estão dando a banqueiros que os consultam.

A primeira questão, portanto, é se existe provisão para um segundo adiamento da data de conclusão do Plano Brady, que era prevista para julho passado e já foi adiada para 30 de novembro próximo. Alternativamente, a outra questão é se o acordo pode ser assinado com a suspensão da cláusula que exige o acordo do País com o FMI.

"Nós temos pensado muito sobre o assunto nas últimas semanas", disse na sexta-feira a este jornal um banqueiro com assento no comitê assessor de bancos para o Brasil. "Temos presente que o acordo 'stand by' pode não estar lá no dia 30 de novembro. Mas a maioria dos banqueiros com os quais tenho conversado reconhece os esforços do governo Itamar Franco, que é quase um governo provisório, e por isso algumas precondições para o acordo com o FMI talvez tenham que esperar a sucessão."

Ele acrescentou que isso é especialmente verdadeiro depois que o governo parece ter fixado

(Continua na página 11)

Plano Brady depende do...

por Getulio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda. "As políticas ortodoxas que ele tem anunciado, sua disposição de permanecer no posto e a recente indicação de Pedro Malã para o Banco Central do Brasil produziram um efeito tranquilizador na comunidade financeira internacional", explicou o banqueiro.

A mesma fonte lembra que o acordo com o FMI foi obrigatório em outros casos recentes por duas razões.

A primeira, por oferecer uma fonte de recursos para compra das garantias colaterais dos bônus do Plano Brady. A segunda por servir como um referendo para a comunidade financeira a respeito da política econômica do País. No caso do Brasil a fonte entende que a política econômica, seguindo ortodoxa dentro das limitações políticas existentes, pode não ser um obstáculo.

Sobra o primeiro ponto, que são os recursos para compra de garantias colaterais. Mas o banqueiro nota que "esse ponto nunca foi importante nas negocia-

ções com o Brasil, porque os negociadores brasileiros administraram as conversas para chegar a um custo para dólar por dólar o custo das garantias com o benefício da redução, é fácil ver que o acordo do Brasil custa mais barato que o da Argentina, do México ou da Venezuela", argumenta.

Esse ponto tem importância porque o Brasil cometeu-se a fornecer US\$ 1 bilhão incondicionais e metade do custo restante das garantias, a diferença tendo de vir das instituições multilaterais e do dinheiro novo dos bancos. O ex-governador cearense Tasso Jereissati, um dos cardeais do PSDB, partido do senador Fernando Henrique Cardoso, disse a uma platéia de banqueiros em Nova York, no início de maio passado, que o Senado não aprovará um aumento no saque das reservas para compra de garantias.

TESOURO

O banqueiro do Comitê Assessor de Bancos indica que os credores do País estão dispostos a contribuir para a conclusão do acordo na data prevista. Seu reca-

do é o de que se não houver um Plano Brady para o Brasil os bancos credores não querem ser culpados por isso. Antes dele, o próprio presidente do conselho do Citicorp, John Reed, afirmara em Brasília que o acordo pode sair sem o stand-by com o FMI — basta que o governo brasileiro compre as garantias colaterais e continue seu esforço na política econômica.

A outra dúvida que se coloca é a posição do Departamento do Tesouro na emissão especial dos bônus de cupom zero que servirão como garantia dos Bônus Brady do Brasil. Um porta-voz do Tesouro disse que os bônus serão emitidos desde que o País tenha "um acordo adequado" com o FMI. É uma expressão subjetiva, que deixa espaço para interpretações nos dois sentidos, a favor ou contra.

Para o banqueiro do Comitê Assessor, contudo, "o Departamento do Tesouro preocupa-se com exceções, pelas dificuldades políticas que podem trazer. Mas nossa impressão é de que eles também não querem estar na posição de impedir a concretização do acordo com o Brasil, se os outros elementos estiverem no lugar", concluiu.

3661 175 9 0

GAZETA MERCANTIL